



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44

**ATA DA TRICENTÉSIMA TRIGÉSIMA
SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO
DE 2019**

Às quinze horas do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezenove, reuniram-se, na sala das sessões dos Órgãos Colegiados, os membros do Conselho Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso, para realização da tricentésima trigésima segunda sessão ordinária, sob a presidência do Vice-Reitor, Evandro Aparecido Soares da Silva, contando com a presença dos conselheiros: Aclyse de Mattos, Alice Andiará de O. e Souza, Analy Castilho Polizel, Antonio de Arruda Tsukamoto Filho, Aristides José da Silva Junior, Bianca Borsatto Galera, Bruno César Souza Moraes, Cássia Maria Carraco Palos, Claudia Aparecida Martins, Edson Godoy, Eduardo Henrique Bevitori Klingg de Moraes, Eliane Augusto Ndiaye, Elizabeth Aparecida Furtado de Mendonça, Einsten Lemos de Aguiar, Eloisa de Oliveira Lima, Evando Carlos Moreira, Erivã Garcia Velasco, Guilherme Luz Emerick, Iramaia Jorge Cabral de Paulo, João Bosco Pereira Cajueiro, João Lucas de Souza Viana, e Zogeri Heldebrandt Fonseca, representando Dirceu Grasel, Juliana Bruna Silva Tacana, Leandro Denis Battirola, Lennie Aryete Dias Pereira Bertoque, Lisiane Pereira de Jesus, Luana Caroline Kawamura(participou por videoconferência), Marcos André de Carvalho, Margarida Marchetto, Maria Luzinete Alves Vanzeler, Marillin C. Cunha Tedesco, Marluce Aparecida Souza e Silva, Mauro Lucio Naves Oliveira, Ozerina Victor de Oliveira, Patrícia Silva Osório, Paulo César Correa da Costa, Paulo Jorge da Silva, Paulo Roberto Alves de Oliveira, Roberto Boaventura da Silva Sá, Roberto Carlos Beber, Roberto de Souza, Sandra Jung de Mattos, substituindo a Fernando Tadeu de Miranda Borges, Tânia Regina Kinasz de Oliveira, Tatiana Lebre Dias, Tereza Christina M. Aguiar Veloso, Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa, Túlio Henrique Ramos Ruellas, Willian Márcio Barbosa Vieira tendo como convidado Domingos Sálvio Santana, Secretário de Gestão de Pessoas, o Secretário da SINFRA, Adriano Aparecido de Oliveira, Rubiane Prado Schoenhen, Gerente de Planejamento/PROPLAN, sendo justificadas as ausências dos conselheiros: Loyse Tussolini, Carlos Eduardo Silva e Souza, Heinsten Frederich Leal dos Santos, Valteir dos Santos Souza, discente Ismael de Barros Rocha e Aurea Correa. Iniciando a sessão, o Presidente em exercício colocou a pauta em apreciação, sendo aprovada com as seguintes inclusões: 1) Processo nº 23108.045883/2019-01, requerente Diretório Central dos Estudantes, solicita a revogação do parágrafo 2º, do artigo 2º da Resolução CONSUNI nº 23/2019, que dispõe sobre a política de alimentação, em votação a proposta recebeu 34 votos favoráveis, 06 contrários e 06 abstenções, com a declaração de voto da conselheira Tania Reginas Kinasz de Oliveira que se absteve porque quando relatou o processo sobre política de alimentação ouviu a Congregação da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

45 Faculdade de Nutrição e nesse momento gostaria de levar para sua base para
46 poder votar; 2) Processo nº 23108.045479/2019-29, Diretório Central dos
47 Estudante, solicita inclusão na pauta para deliberação do CONSUNI sobre
48 suspensão das atividades acadêmicas e administrativas no dia 30/05/2019,
49 proposto pelo conselheiro Willian M. Barbosa Vieira, aprovada com 35 votos
50 favoráveis, 04 contrários e 07 abstenções, com a declaração de voto da
51 conselheira Lisiane de Jesus que se absteve de votar visto que participou das
52 reuniões do CONSEPE e este não delegou ao Consuni esta decisão sobre
53 calendário acadêmico. O conselheiro Bruno Cesar Vieira também declarou o
54 voto de abstenção por entende que deliberação sobre calendário acadêmico é
55 pauta do CONSEPE; 3) Processo nº 23108.043533/2019-00, dispõe sobre
56 solicitação de prorrogação do prazo, por mais 60 dias, para a comissão concluir
57 o trabalho de Regimento do Conselho Universitário, aprovado com 43 votos
58 favoráveis e 03 abstenções. A conselheira Luana Caroline Kawamura Lopes,
59 participando da sessão por vídeo conferência, manifestou em relação a sua
60 não presença nesta sessão, disse emocionada que está extremamente
61 esgotada com o que está acontecendo, ninguém comunicou sobre a
62 possibilidade de deslocamento para a reunião e disse da falta de apoio aos
63 estudantes para a realização do movimento no dia 15/05. Prosseguindo, o
64 Presidente colocou a ata da última sessão em apreciação, sendo aprovada
65 com 39 votos favoráveis e 05 abstenções, com as emendas dos conselheiros
66 Willian M. B. Vieira e João Bosco Pereira Souza Cajueiro. Em informes, a
67 conselheira Patrícia Osório informou sobre a reunião do Colégio de Pró-
68 Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, realizada no dia 28/05/2019,
69 em Brasília, que tratou, entre outros assuntos, das medidas adotadas pela
70 CAPES frente ao contingenciamento do orçamento do governo federal, da
71 seguinte forma: Fase 1 – implementado em maio, houve o congelamento de
72 bolsas não utilizadas em abril dos Programas notas 3, 4 e 5; a descontinuidade
73 do pagamento de bolsas de coordenação do Programa Idioma Sem Fronteiras
74 e a suspensão da concessão de cotas de bolsas para cursos novos em 2019.
75 Na Fase 2, a ser iniciada em junho, foi anunciado o congelamento de 70% dos
76 substitutos bolsistas dos cursos avaliados em duas quadrienais consecutivas
77 com nota 3 e o congelamento de 30% das substituições de cursos avaliados
78 em duas quadrienais com nota 4, acrescentando que foi feito um levantamento
79 pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação sobre o
80 impacto dos cortes nos Programas de Pós-Graduação, para exemplificar o
81 impacto dos cortes nos Mestrados avaliados com nota 3 corresponderia 214
82 bolsas cortadas para a região sul, 298 bolsas para a região centro-oeste, 544
83 bolsas para a região sudeste, 775 bolsas para a região nordeste e 878 bolsas
84 para a região norte. Os dados de Mato Grosso estão inseridos na região Norte,
85 tendo em vista a vinculação da UFMT à região Norte do FORPROP. A
86 conselheira Patrícia Osório informou que o impacto dos cortes será em todo o
87 sistema nacional de pós-graduação, especialmente nas regiões norte e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

88 nordeste, e que o FORPROP se manifestaria junto à CAPES para que o corte
89 não fosse linear. Em continuidade, o conselheiro João Bosco P.S. Cajueiro
90 chamou atenção deste conselho sobre a situação dos servidores do Hospital
91 Universitário Júlio Muller, que no mês de abril 42% dos servidores entraram em
92 licença médica, ponderando que esse quadro já tinha sido percebido no
93 programa roda de conversas, salientando que é um índice muito alto de
94 doenças num setor de trabalho. O conselheiro Vinicius S. Fernandes informou
95 sobre o ato público realizado na OAB pelo Conselho Estadual da Juventude da
96 OAB, repudiante os cortes nos orçamentos das universidades e fez a leitura da
97 Carta que foi publicada no ato. A conselheira Marluce Aparecida Souza e Silva
98 manifestou sobre a fala do conselheiro João Bosco Cajueiro sobre o
99 adoecimento dos servidores técnicos e docentes e solicitou que seja pautado
100 nos Órgãos Colegiados a situação da saúde do trabalhador. Prosseguindo, o
101 Presidente em exercício passou a palavra a conselheira Tânia Regina Kinaz de
102 Oliveira, que relatou o Processo nº 23108.024254/2019-39, requerente
103 Coordenação do Curso de Graduação em Matemática /ICET/Cuiabá, dispõe
104 sobre proposta de concessão da Lâurea Acadêmica ao Graduando Felipe
105 Moraes Kurtz, cujo voto favorável foi aprovado *ad referendum* conforme
106 Resolução CONSUNI Nº 06/2019, em virtude da data da colação de grau do
107 indicado. Em votação, a citada resolução foi homologada com 45 votos
108 favoráveis e uma abstenção, consubstanciando a Resolução CONSUNI nº
109 09/2019. A seguir, a conselheira Tereza Christina Mertens A. Veloso
110 apresentou o Processo nº 23108.037410/2019-21, requerente PROPLAN, que
111 dispõe sobre proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI, 2019 –
112 2023. Inicialmente, a conselheira Tereza Veloso apresentou a comissão que
113 elaborou o PDI, em seguida informou que o plano foi elaborado de acordo com
114 o Decreto 9.235/2017, apresentou a metodologia utilizada e as etapas de
115 desenvolvimento do mesmo, destacando os momentos de participação da
116 comunidade interna e sociedade, o cronograma de construção do documento e
117 datas de cada etapa dos trabalhos, a realização de seminários em todos os
118 câmpus e a disponibilização do PDI por meio de consulta pública a comunidade
119 acadêmica, recebendo contribuição de 21 unidades. Após a apresentação, o
120 conselheiro Vinicius Santos Fernandes salientou que leu a proposta do PDI e
121 entende que as metas e os objetivos constante na proposta do PDI deveriam
122 ser apresentadas, para maior contribuição do plenário e teceu considerações
123 sobre a proposta, no tocante a política de assistência estudantil, que prevê um
124 crescimento de 15% em 2019 e para os anos seguintes não há previsão de
125 crescimento e considerando que o PDI é o principal documento da instituição e
126 solicitou vistas ao processo. A conselheira Tereza Veloso observou que o PDI
127 tem que ser publicado até 30 de junho de 2019. O Presidente solicitou ao
128 conselheiro Vinicius Fernandes para que o seu relato seja inserido no SEI
129 antes da próxima reunião do CONSUNI. Em continuidade, o Presidente em
130 exercício colocou em apreciação e foi aprovado pelo plenário, o pedido do ex-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

131 conselheiro Fabricio Lima da Paz, para apresentação do seu relato de vista
132 sobre o Processo nº 23108.005553/2019-74, requerente PROAD, dispõe sobre
133 proposta de resolução sobre as normas de funcionamento dos Restaurantes da
134 UFMT. O ex-conselheiro Fabricio Paz leu seu relato e sugiu alterações no
135 artigo primeiro, quanto a vinculação dos RUs, que no caso de Cuiabá propõe a
136 vinculação a PRAE e, nos demais câmpus, as Pró-Reitorias, considerando que
137 o RU é a maior política com recursos do PNAES; artigo 2º- fornecer refeição de
138 qualidade cumprindo todas as normativas de segurança alimentar; artigo 3º,
139 sugeriu alteração no horário de funcionamento e sobre a forma de controle
140 interno dos usuários; no artigo 8º, sobre o acesso, a identificação será por
141 Biometria e acrescentou um parágrafo, para que os créditos sejam auditados
142 pela STI e as informações repassadas para a comissão de alimentação;
143 inclusão do item 3, no artigo 9º, estabelecendo a garantia que o cardápio será
144 previamente publicado. E por fim apresentou proposta para a composição da
145 comissão de acompanhamento do RU. Em seguida, o conselheiro Vinicius S.
146 Fernandes acompanha a proposta do discente Fabricio Lima da Paz e
147 apresentou a proposta de estender para os estudantes que possuem Bolsa
148 Moradia o mesmo auxílio dos estudantes que moram na Casa do Estudante,
149 que é um auxílio complementar para o período em que o RU não estiver em
150 funcionamento, cujo valor é o custo da Refeição. O conselheiro Bruno Cesar
151 Moraes agradeceu as contribuições ao discente Fabricio Paz sugeriu analisar
152 as duas minutas de resolução e com relação a proposta de vinculação do RU a
153 PRAE entende que deve ser feita uma proposição ao Conselho Diretor que
154 aprova a estrutura administrativa da UFMT e com relação à Comissão de
155 Acompanhamento disse que a participação do aluno de Nutrição foi retirada,
156 que foi o voto aprovado da pela relatora de vista ao processo e acrescida dois
157 representantes da PRAE. O conselheiro Roberto Lopes ponderou sobre a
158 necessidade de a minuta contemplar os alunos residentes do Curso de
159 Medicina Veterinária. O conselheiro Roberto Boaventura manifestou apoio à
160 proposta dos discentes, com destaque para o deslocamento do RU da PROAD
161 para a PRAE e considerou que na condição de membro do Conselho de
162 Moradia Estudantil foi possível perceber as limitações da PRAE com relação a
163 limitação orçamentária. Prosseguindo, a conselheira Erivã Velasco não
164 discordou do mérito da proposta do voto de vista e observou o modo como a
165 assistência vem sendo realizada nas universidades, sendo que em boa parte
166 delas, a política de alimentação fica a cargo da assistência estudantil, isso
167 ocorre nas instituições que possuem uma equipe mais ampliada e consolidada
168 e considerou que 38% são recursos do PNAES para alimentação, mas além da
169 cobertura dos alunos isentos, a UFMT tem uma política de alimentação 100%
170 subsidiada para os estudantes da graduação e da pós-graduação, sendo que
171 no ano de 2018 custou 18 milhões de reais do orçamento de custeio, para 2019
172 está previsto 19 a 20 milhões de reais e considerou sobre a capacidade da
173 PRAE em assumir esta tarefa que hoje é realizada pela PROAD, visto que tem



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

174 uma equipe reduzida de trabalhadores, não possuindo condições administrativa
175 e pessoal para fazer a gestão de contratos, como a PROAD realiza. A
176 conselheira Marluce Aparecida Souza e Silva entende a situação apresentada
177 pela conselheira Erivã Velasco, mas ponderou sobre as manifestações dos
178 estudantes nos anos de 2018 e 2019 sobre as condições sanitárias básicas do
179 restaurante universitário e gostaria de ouvir da administração se são
180 verdadeiras e quais providências foram tomadas. Seguindo, a conselheira
181 Marluce Souza e Silva considera que a sugestão de transferir o RU da PROAD
182 para a PRAE seja plausível, mas solicitou a administração do RU a
183 apresentação de um relato qualificado sobre o restaurante no CONSUNI,
184 seguindo, salientou que estuda o financiamento de políticas públicas e
185 destacou um trabalho de mestrado em que a aluna estudou o orçamento da
186 UFMT e apresentou dados que coloca a universidade em situação
187 constrangedora e citou que de acordo com o trabalho em 2010 o RU teve um
188 custo de R\$ 83.035,00 e em 2017 o custo foi de R\$ 17.000.000, representando
189 um aumento de 210% de recursos, com um crescimento de 29% de usuários e
190 por isso solicita informações detalhadas da matéria. Seguindo, o conselheiro
191 Vinicius Fernandes disse que acompanha inúmeras denúncias sobre a falta de
192 vigilância sanitária no restaurante, a qualidade da alimentação e considerou os
193 riscos sérios que os alunos sofrem e a vigilância sanitária já atestou a falta de
194 qualidade sanitária no RU, salientando o risco de uma contaminação biológica
195 em massa nos usuários do restaurante e questionou porque a universidade não
196 rescinde o contrato com a empresa que fornece a alimentação para os
197 estudantes. Em continuidade, o conselheiro Vinicius Fernandes manifestou
198 sobre a composição da comissão de acompanhamento do RU, ressaltando que
199 o DCE sempre indica a representação em qualquer órgão, de forma que não se
200 pode priorizar um curso para representar os alunos nessa comissão. A seguir,
201 a conselheira Iramaia Jorge C. de Paulo também manifestou sobre a questão
202 das condições sanitárias apresentadas pelos estudantes e questionou porque
203 não há condições de rescindir o contrato com a Empresa Novo Sabor ou
204 negociar a melhoria da condição de segurança alimentar e solicitou a
205 conselheira Tereza Veloso a discussão do PDI e do orçamento no CONSEPE,
206 considerando que está previsto em seu regimento. Prosseguindo, o conselheiro
207 Paulo Jorge registrou no câmpus do interior não existe condições da Pró-
208 Reitoria fazer a política de gestão do RU. Após ampla discussão, o conselheiro
209 Roberto Boaventura solicitou vistas ao processo. A conselheira Lennie Aryte
210 Bertoque concordou com o conselheiro Paulo Jorge de que as condições dos
211 câmpus do interior são diferentes e retomou o pedido para que seja apreciado
212 o processo nº 23108.939089/2018-31, no qual o ICHS/CUA apresenta as
213 competências dos conselhos para apreciar o orçamento e seu entendimento
214 que o Conselho Diretor é um órgão fiscalizador. Seguindo, a conselheira
215 Lennie Aryte Bertoque manifestou sobre as denúncias de funcionamento do
216 RU, disse que no interior não tem conhecimento de denúncias e sugeriu que,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

217 nesse ponto, a PROAD faça um ajuste de conduta com a empresa ou
218 viabilidade da rescisão do contrato. Prosseguindo a pauta, a conselheira Analy
219 Polizel solicitou vistas ao Processo nº 23108.996151/2018-91, requerente
220 Fernanda Macitelli Benez, dispõe sobre pedido em grau de recurso referente
221 ao indeferimento do pedido de remoção do campus de Rondonópolis para
222 Sinop. Em continuidade, a conselheira Erivã Garcia Velasco apresentou o
223 processo nº 23108.017200/2019-17, requerente PRAE, dispõe sobre
224 solicitação de prorrogação do mandato do representante do CONSUNI no
225 Conselho de Moradia Estudantil, conselheiro Roberto Boaventura Silva Sá, cujo
226 mandato está vencido desde novembro, justificando que para dar sequência
227 nas atividades do Conselho foi solicitada a prorrogação, que deve ser
228 homologada para legitimar os atos realizados até o momento. Após discussão,
229 o pedido foi aprovado com 42 votos favoráveis e uma abstenção, de acordo
230 com a Resolução CONSUNI nº 10/2019. A seguir, foi apreciado o Processo nº
231 23108.017944/2019-31, requerente Secretaria de Gestão de Pessoas, propõe
232 a constituição de comissão para a aprovação de critérios para distribuição de
233 vagas docentes na UFMT. O secretário de Gestão de Pessoas esclareceu a
234 proposta, que visa criar um modelo de distribuição de vagas docentes,
235 estabelecendo critérios para que as vagas desocupadas possam ser
236 distribuídas de forma mais equânime. A conselheira Lisiane de Jesus propôs
237 que a comissão seja constituída com um membro de cada câmpus, um técnico
238 e um discente. O conselheiro Cajueiro observou que o Decreto 8.525/2006
239 estabeleceu a necessidade de fazer um dimensionamento e planilha para a
240 alocação de vagas, salientando que a matéria é urgente. A conselheira Lennie
241 Aryete Bertoque sugeriu que a comissão seja constituída com dois
242 representantes dos câmpus do interior e considerou sobre as vagas do Reuni
243 que não estão nos câmpus do interior e sobre as FGs dos departamentos
244 extintos que também não voltou para a unidade e se candidatou para participar
245 da comissão. O Presidente em exercício teceu considerações sobre a matéria,
246 salientando que é a única forma de buscar o equilíbrio no processo de
247 distribuição de vagas é o CONSUNI estabelecer princípios básicos para a
248 distribuição de vagas docentes e entende que é um passo importante para a
249 consolidação da democracia. O conselheiro Mauro Lúcio Naves salientou que o
250 câmpus de Várzea Grande criado com cinco cursos de engenharias possui
251 apenas 53 docentes, com quatro cursos já reconhecidos com nota 4, porém
252 está funcionando com a colaboração de docentes de outros
253 institutos/faculdade, de forma que a UFMT precisa otimizar a sua força de
254 trabalho e sugeriu a participação da conselheira Ilce de Oliveira Campos na
255 comissão. Seguindo, a conselheira Lisiane de Jesus reapresentou a proposta
256 para composição da comissão com 1 representante de cada câmpus, um
257 representante da PROEG, um representante da SGP e um representante de
258 cada segmento. O conselheiro Eduardo Henrique B. Moraes sugeriu a
259 participação da CPPD e que a comissão deve conhecer a pactuação que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

260 vieram do MEC para os programas do REUNI e Expansão. A conselheira
261 Lennie Aryete Bertoque retirou a proposta de dois representantes por câmpus.
262 Seguindo o Presidente informou que a conselheira Loise Tussoline no
263 documento da justificativa de ausência colocou seu nome para compor a
264 comissão sobre distribuição de vagas. Após discussão, foi aprovado, por
265 unanimidade, a constituição da comissão, nos termos da proposta apresentada
266 pela conselheira Lisiane de Jesus, acrescida da sugestão da participação de
267 um representante da CPPD. Em seguida, o Presidente colocou em votação a
268 representação dos servidores técnicos, João Bosco P.S. Cajueiro, 19 votos e
269 Eloisa de Oliveira Lima, 19 votos. O Presidente em exercício, com voto de
270 minerva desempatou em favor de Eloisa de Oliveira. A seguir, o Presidente em
271 exercício colocou em votação a representação do câmpus do Araguaia,
272 candidata Loise Tussoline recebeu 02 votos, conselheira Lennie Aryete Dias P.
273 Bertoque, recebeu 21 votos e 07 abstenções. A comissão foi constituída da
274 seguinte forma, Analy Polizel, Aristides José da Silva Júnior, Eloisa de Oliveira
275 Lima, Ilce de Oliveira Campos, Iramaia de Paulo, Lennie Aryete Bertoque,
276 Lisiane de Jesus, Roberto Beber, Willian M. Barbosa Vieira e com a assessoria
277 do Secretário de Gestão de Pessoas Domingos Sávio Santana e um
278 representante da CPPD, com prazo de 60 dias, consubstanciando a Decisão
279 CONSUNI nº 06/2019. Seguindo, a conselheira Tatiane Lebre Dias
280 indagou se as vagas já desocupadas, por aposentadoria ou morte terão
281 que aguardar o resultado do trabalho da comissão para serem ofertadas
282 em concurso, considerando a atual situação do país. O Presidente em
283 exercício entende que enquanto não há deliberação do CONSUNI
284 continua a vaga na unidade e considerou a necessidade urgente de
285 realizar concurso para preencher as vacâncias. O Secretário de Gestão
286 de Pessoas, esclareceu que a UFMT está com dois concursos em
287 andamento e a intenção é que essas vagas, geradas de aposentadoria,
288 continuem desocupadas até o resultado do trabalho da Comissão e
289 abertura de edital em setembro. A conselheira Tatiane Lebre ponderou
290 se a UFMT não corre o risco de perder as vagas surgidas a partir de
291 outubro de 2018. O conselheiro Paulo Jorge considerou a necessidade
292 de trabalhar também a elaboração critérios para redimensionamento de
293 vagas para técnicos. Dado o adiantado da hora o conselheiro Willian M.
294 B.Vieira solicitou a inversão da pauta para apreciação do processo
295 Processo nº 23108.045479/2019-29, Diretório Central dos Estudante, que
296 solicita ao CONSUNI deliberação sobre suspensão das atividades acadêmicas
297 e administrativas no dia 30/05/2019, seguindo, o plenário aprovou o pedido de
298 inversão e o conselheiro William M. B. Vieira defendeu o pedido, argumentando
299 a dificuldade dos alunos se posicionarem, participando do movimento em
300 defesa da universidade pública porque no movimento ocorrido no último dia 15,
301 muitos professores deram aula. O conselheiro Vinicius S. Fernandes salientou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

302 o momento crucial para o país, com os cortes para a educação e a Emenda
303 constitucional e é difícil acreditar que os professores não suspendam suas
304 atividades acadêmicas e administrativas, entendendo que esse é um momento
305 para além da questão da academia, trata-se de um posicionamento político e
306 não podemos perder a oportunidade de defender a universidade pública num
307 momento tão difícil. O Presidente em exercício considerou que a questão é
308 legítima, mas observou que a suspensão do calendário acadêmico não é
309 atribuição deste conselho e sugeriu ao CONSUNI que reitere a manifestação
310 pública que o Consepe aprovou. As conselheiras Lisiane de Jesus e Ozerina
311 Victor relataram que o CONSEPE discutiu profundamente essa matéria na
312 reunião de ontem e deliberou pela aprovação de Nota pública em defesa da
313 Universidade Pública, constar no calendário acadêmico o dia 30/05, como dia
314 de Mobilização Nacional, em defesa da universidade pública e decidiu
315 recomendar aos docentes o não registro de faltas e avaliações no dia 30
316 próximo e salientaram que não é atribuição do CONSUNI suspender o
317 calendário acadêmico. Após ampla discussão, o conselheiro Willian M. B.
318 Vieira defendeu a proposta de suspensão de atividades, ressalvadas as
319 atividades essenciais e disse que não iria entrar no mérito, quanto a legalidade
320 da proposta, visto que é um pedido da sua base. O conselheiro Vinicius
321 Fernandes ressaltou sua preocupação com relação aos trabalhadores
322 terceirizados que também desejam participar da mobilização. A conselheira
323 Tatiana Lebre questionou sobre o pedido que pede suspensão de atividades,
324 visto a informação que este conselho não pode deliberar sobre as atividades
325 acadêmicas. O conselheiro Willian M. B. Vieira salientou que o pedido seria a
326 suspensão das atividades administrativas que também engloba as atividades
327 dos professores porque elas não são desvinculadas, ressalvando as defesas
328 de mestrado/doutorado, plantões no HUJM e outras atividades essenciais. A
329 conselheira Patricia Osório considerou que não cabe a este conselho
330 suspender as atividades e encaminhou a proposta de aprovar uma
331 manifestação de apoio a mobilização e recomendar às unidades que nesse dia
332 as atividades não sejam realizadas. Em votação, a proposta do conselheiro
333 Willian B. Viera, de suspensão das atividades recebeu 08 votos, a proposta da
334 conselheira Patricia Osório de manifestar apoio a mobilização recebeu 21 votos
335 e 02 abstenções. Nada mais havendo a ser dito e nem tratado, o Presidente
336 em exercício encerrou a sessão, sendo lavrada esta ata por mim, Elenir Motta
337 Sanches Arruda, Secretária dos Órgãos Colegiados Superiores, que a escrevi
338 e subscrevo, após lida e aprovada pelo Plenário do Conselho Universitário. Em
339 tempo: por solicitação da conselheira Marluce Aparecida Souza e Silva retifica-
340 se a sua fala às linhas 187 e 188 "citou que de acordo com o trabalho, em 2010
341 o RU teve um custo de R\$83.035,00 e em 2017 o custo passa para R\$
342 15.000.000,00, representando um aumento de 210% de recursos, com um
343 crescimento de 29% de usuários de alunos que foi o crescimento dos alunos da
344 graduação". Por solicitação da conselheira Marluce Aparecida Souza e Silva,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

345 acrescenta-se às linhas 214 a fala da conselheira Tereza Christina M. Aguiar
346 Veloso da seguinte forma: “com relação ao PDI informou que a proposta foi
347 enviada às unidades acadêmicas e a todos os docentes e discentes, por meio
348 de e-mail, solicitando contribuições e que foi feita consulta pública e
349 posteriormente a proposta de PDI foi apresentada no CONSEPE. Com relação
350 ao trabalho sobre o RU, citado pela conselheira Marluce Aparecida Souza e
351 Silva informou que em 2010 o RU não era terceirizado e os gastos só com
352 gênero alimentício foi de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)”.
353 Tudo dado por conforme, esta ata foi aprovada.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'E. Souza'.

A second handwritten signature in blue ink, which is more stylized and difficult to decipher.